

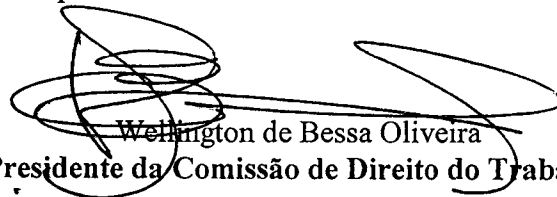
**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE DIREITO DO
TRABALHO DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE
GOIÁS, NO EXERCÍCIO DE 2016,
REALIZADA EM 23/08/2016.**

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis (23/08/2016), às dezenove horas (19h), no Auditório Eli Alves Forte da OAB-GO, foi instalada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás. **Estiveram presentes os membros:** Wellington De Bessa Oliveira – Presidente, Maria Madalena M. M. Carvelo - Secretária-Geral Adjunta, Adriano Jacarandá Maciel Nascimento Neves, Altievi Oliveira De Almeida, Arlete Mesquita, Bruno Alves Guimaraes, Cristovão Jesus Luiz Esteves, Edvane Nicolau Barbosa De Oliveira Carvalho, Erika Lopes Belém Benetti, Fabiana Das Flores Barros, Fernanda Gomes Leite, Giselle Miranda, Jales Soares Da Silva, Jerônimo José Batista Júnior, Johnathan Junio Silva De Oliveira, Juliana Tavares Viana Queiroz, Kassya Borges Mota, Lessandro Gomes Cirqueira, Luciano De Paula Cardoso Queiroz, Lusimar Maria Da Silva Nunes, Magna Gonçalves Magalhães Silva, Maycon Rene Barbosa Souza Andrade, Paulo Roberto De Moura Andrade, Phellype Phrancysco Araujo Pessoa, Rubson Antonio De Souza Oliveira, Sérgio Ricardo Da Silva Nascimento, Thiago Freire De Almeida Costa, Vandes Rodrigues De Oliveira, Victor Vinicius Ferreira Picanço. Convidados: Rodrigo Cortizo Vidal, Rodrigo Ludovico, Erica Moura De Oliveira, Udna Lemos Torres, Jeferson Marques Lourenço, Jales Soares Da Silva, Viviane De Castro Silva, Fabrício De Moura Jaques Coelho, Rumennigge Pires Dutra, Márcio De Lima Neto, Miguel Jorge Neto, Lorrany C. Noronha Vitor, Marizelly Da Cunha E Silva E Maurício Santana Correa. **Justificaram ausência:** Leopoldo Siqueira Mundel – Vice-Presidente, Silvana Machado De Barros - Secretária-Adjunta, Alexandre Meirelles, Cairo Roberto Da Silva Gontijo, Carla Franco Zannini, Danilo Gouve De Almeida David Soares Da Costa Júnior, Diogo Raphael Oliveira Goulão, Dayane De Figueiredo Lopes, Éder Francelino Araújo, Edna José Mendanha, Fabrício De Melo Barcelos Costa, Fabrício Rocha Abrão, Izabella Lorryne Gonçalves Macedo, João Bosco Peres, José Humberto Abrão Meireles, Keila Cristini Laurentino Oliveira, Ligia Maria Barbosa Caldas, Luís Gustavo Nicoli, Marcelo De Almeida Garcia, Marina Peixoto De Carvalho Craveiro, Marise Edith Alves Borges Da Mota, Maysa Cristina Carneiro De Lima, Mirella Rodrigues De Oliveira Magalhães, Rafael Lara Martins, Renato Leandro Felipe, Rômulo Rodrigues Rêgo, Rúbia Ramos Vilela, Taina Jungmann Gonçalves Gódy, Taisa Barcelos Lima De Sousa, Thámaria Carollyna Dos Santos Oliveira, Wanessa Mendes De Freitas. **1. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA:** O Presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Dr. Wellington de Bessa Oliveira verificou a existência de quórum e declarou aberta a presente reunião. **2. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA:** a presente ata será lida e aprovada ao final da reunião. **3. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA.** 3.1 Verificação



de quórum. Abertura da Reunião, com saudação aos comparecentes: A sessão foi aberta com a saudação do Presidente aos comparecentes e as boas vindas aos novatos. **3.2 Homenagem ao mês do advogado:** neste tópico, o Presidente lembrou que foi promovido café da manhã pela OAB no TRT 18, salientando a relevância da advocacia. **3.3 Informações acerca do andamento do Fórum em defesa da Justiça do Trabalho:** o Presidente ponderou que diante da iminência da precarização da Justiça do Trabalho, foi instalada comissão com escopo de defendê-la e várias atividades foram realizadas nesse sentido. **3.3.1 Resumo das atividades:** **3.3.1.1** Evento dia 21.07.2016 realizado na porta do TRT/18ª Região; **3.3.1.2** Reunião junto à Câmara de Vereadores dia 02.08.2016 encaminhando documento à bancada goiana e ao Ministro Ives Gandra, salientando acerca da iminente precarização da Justiça do Trabalho diante do corte orçamentário. **3.1.1.3** Audiência Pública dia 15.08.2016 realizada no auditório do TRT/18 com o objetivo de discutir a situação atual da Justiça do Trabalho. Após todas essas atividades, foram obtidos como resultado a cobrança pelo andamento de dois projetos de Lei: a) o PL nº 12 de relatoria do Deputado Junior Marreca, que visa disponibilizar quatro milhões de reais à Justiça do trabalho; b) e o Projeto de Lei nº 17 objetivando a liberação de dois milhões de reais à Justiça Trabalho de Goiás da 18ª Região. Comentou a respeito da Portaria TRT 18ª GP/DG nº 161/2016, revogando a dispensa de estagiários, aprendizes e terceirizados. O Presidente salientou a importância de toda a advocacia cobrar a aprovação do Projeto de Lei para liberar o pedido de orçamento para a Justiça do Trabalho. **3.4 Tema Técnico: Danos morais e indenização na Justiça do Trabalho:** Presidente citou as súmulas 49, 50 e 53 do TRT/18; tema relevante que tem tido um especial destaque do Judiciário. A membra da Comissão, Dra. Arlete Mesquita, foi convidada para fazer algumas considerações técnicas acerca do assunto. Ao final, Dra. Arlete, chamou a atenção para a aprovação da Lei 13.313/2016 – Lei do FGTS, possibilitando que o empregado possa dar como garantia do empréstimo consignado toda a multa rescisória do FGTS, deixando o trabalhador totalmente vulnerável. Houve a participação dos Drs. Vandes Oliveira e Dra. Magna Gonçalves. Dra. Madalena questionou Dra. Arlete sobre a diferença do dano horizontal e o dano vertical e qual a responsabilidade do empregador nos dois casos. Para a Dra. Arlete o empregador deve se responsabilizar em todos os casos quando não propicia um ambiente laboral satisfatório para o empregado, pois ele tem o poder diretivo e dever de vigilância sobre seus empregados. Dr. Vandes questionou a Dra. Arlete sobre pedido contraposto, dizendo que ele faz o pedido na própria contestação. Dra. Arlete o alertou que na Justiça do Trabalho a melhor técnica é fazer o pedido contraproposto por meio de reconvenção, separado da contestação. Neste momento, Presidente registra a presença do Dr. Luciano Cardoso, Conselheiro Seccional, que passa a compor a mesa. Registra a presença também do Dr. Rodrigo Cortizo Vidal, membro do IGT. Presidente cita as Leis que alteraram o abono salarial do PIS e do Seguro desemprego e suas repercussões. **3.5 Pauta de audiência e prestação jurisdicional.** A pauta de audiências na Justiça do Trabalho tem sido muito elásticas, prejudicando os jurisdicionados e operadores de direito de forma geral. Dra. Magna pondera ainda sobre a demora do setor de cálculos na prestação jurisdicional. O Presidente sugere que o Corregedor seja oficiado para solucionar as questões em relação à pauta, remarcação de audiências e setor de cálculos. Foi colocado em votação o oficiamento, sendo aprovado de forma unânime. Dra. Edvane fez algumas considerações acerca das intimações periciais, que devem ser todas formalizadas, que já teve alguns problemas em razão da ausência da formalização de intimação. Dr. Jerônimo Júnior ponderou sobre o excesso de adiamento de audiências de instruções. Considerando ainda que já fez reclamações na Corregedoria, mas a ausência de anonimato inibe as reclamações. Dr.

Cristóvão manifestou no sentido que as reclamações feitas perante os Tribunais devem ser bem fundamentadas, pois na gestão passada, os ofícios encaminhados, que ele teve conhecimento, foram realizados sem qualquer embasamento jurídico, alertando para que não seja repetido nessa gestão. Dr. Paulo Roberto de Moura Andrade sugere a criação de uma comissão para receber e apurar as reclamações a serem oficiadas à Corregedoria do Tribunal. O Presidente sugeriu que tal tema fosse discutido preteritamente junto à Comissão de Acompanhamento Forense dessa Seccional. Foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. 3.6 Revista da CDTrab, com publicação de artigos sob a temática trabalhista: o Presidente ponderou sobre a criação de uma Revista da Comissão de Direito do Trabalho, em formato eletrônico, com publicação de artigos. Sendo a proposta aprovada por unanimidade. Foi criada subcomissão responsável pela criação da revista, sendo composta pelos seguintes membros: Dr. Wellington de Bessa, Dra. Juliana Viana, Dr. Fabrício Coelho, Dr. Vandes Rodrigues, Dr. Cristóvão Jesus, Dr. Rubson Antônio, Dr. Rodrigo Vidal, Dra. Magna Gonçalves, Dr. Adriano Jacarandá e Dr. Victor Picanço. 4. **ORDEM DO DIA.** 4.1. **Expedientes:** nenhum. 4.2. **Processos com julgamento iniciado:** nenhum. 4.3. 4.1.1. **Conhecimento:** nenhum. 4.1.2. **Julgamento:** nenhum. 5. **COMUNICAÇÕES DOS PRESENTES:** nenhum. 6. **ENCERRAMENTO:** O Presidente da Comissão, Dr. Wellington de Bessa Oliveira, declarou encerrada a reunião agradecendo a presença de todos os membros. Eu, Juliana Tavares Viana Queiroz, Secretária *ad hoc* da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/GO, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e por mim.



Wellington de Bessa Oliveira
Presidente da Comissão de Direito do Trabalho